



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 01/2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE RESENDE, REALIZADA EM  
27.02.2017

**LOCAL:** .....

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. ....

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** .....

PRESIDENTE: António Manuel Leitão Borges (PS); .....

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS); .....

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS). ....

**SECRETARIADO:** Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial, António Manuel de Almeida Pinto. ....

**HORA DE ABERTURA:** .....

Eram 16h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão. ....

**PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** .....

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); .....

VEREADORES: .....

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS); .....

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende); .....

Albano António Alves dos Santos (PS); .....

Anabela Ribeiro de Oliveira (coligação PSD/CDS Por Resende); .....

Maria José Rodrigues Dias (PS); .....

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** .....

Verificaram-se as seguintes faltas e substituições: .....

Faltou o membro Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende). ....

O membro **Adérito Augusto Lopes (coligação PSD/CDS Por Resende)**, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, **foi substituído** pelo membro **Bruno Filipe Ferreira de Oliveira**. ....

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS)**, foi substituído pela Secretária **Vânia Alexandra Madureira Joaquim**. ....

A **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anreade e São Romão (PS)**,



foi substituída pela Secretária Maria de Fátima Nunes Pereira.-----

**JUSTIFICAÇÃO/INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

Faltou injustificadamente à sessão anterior o membro substituto Rogério da Silva (PS).-----

**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;** -----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior, realizada em 19 de dezembro de 2016, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria (abstenção dos membros Joaquim da Conceição Sousa, Fátima Maria Rocha Soares de Matos, Isabel de Lurdes Pereira do Cabo, Presidente da Junta de Freguesia de Barrô e Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Ovadas e Panchorra, todos do PS).**-----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Jorge Cardoso Machado (PS)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“*Assuntos de interesse para o Município.* Este tema é sempre um tema que tem sido um pouco esquecido por parte de todos nós. Hoje há um assunto de bastante importância que devia ser vinculado aqui. Esse assunto prende-se com o Decreto-Lei nº 49/2014 de 27 de março. O que é que diz este Decreto-Lei? Este é o Decreto-Lei que nos encerrou o Tribunal. Passados uns tempos e depois da nossa luta encetada em vários momentos, em Lisboa junto ao Terreiro do Paço, junto à escadaria da Assembleia da República, debaixo de um calor abrasador, travamos ali a nossa luta com suor, quase lágrimas, faltando apenas o sangue, mas o sangue corria-nos a grande velocidade. Destacar aqui dois heróis, o herói coletivo que fomos nós todos, o povo de Resende, lutamos de noite e dia. E há o herói singular que não pode ser esquecido nunca porque foi de facto o grande protagonista da reposição da justiça no nosso concelho. É óbvio que há um elemento no conjunto do herói coletivo, que foi o nosso Presidente de Câmara. Talvez fosse a pessoa, o elemento desse herói coletivo que mais sofresse com a decisão injusta da anterior Ministra da Justiça. O nosso Presidente de Câmara sofreu com isso, lutou e dispôs de noites mal dormidas, que eu sei, mas felizmente que a justiça foi reposta no nosso concelho. É óbvio e todos sabemos que a nossa luta foi frenética, foi uma luta incessante como todos nós sabemos disso. Mas se o anterior Governo, a coligação PSD/CDS,



continua-se, estamos também conscientes que o nosso Tribunal estava ainda fechado e jamais seria aberto e posto ao serviço na nossa população, tal como esta de novo reposta essa legalidade que tão injustamente alguém nos havia extorquido sem razões para tal. É esta a mensagem que eu quero cá deixar ficar com bastante eco e que a ata também faça eco deste acontecimento de grande benesse para o nosso município e para toda a nossa gente. Muito obrigado a todos”-----

**Elsa Isabel Ferreira Rodrigues** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Congratulamo-nos com a reabertura do nosso tribunal, é sobejamente conhecida por todos qual foi a nossa posição, a do PSD em Resende, relativamente a esta posição do Governo Central, que na altura era um Governo PSD/CDS mas isso não nos fez limitar a nossa ação e na nossa intervenção cívica e manifestarmos sempre que nos foi possível nas instituições e mesmo nas manifestações públicas qual era a posição do PSD em Resende. E por isso congratulamo-nos com esta reabertura e com esta acessibilidade à justiça a todos os resendenses. Queria aqui estabelecer um paralelismo e acho que isso fica bem claro, como por exemplo que pelo facto de ser um Governo Central da nossa cor política não temos de estar de acordo sempre. E este paralelismo faz-se com, por exemplo, o Externato D. Afonso Henriques onde o Governo Central de uma cor política que paulatinamente vai encerrar uma instituição como o Externato D. Afonso Henriques, decretar o desemprego de muitos funcionários, professores qualificados, massa critica deste concelho mas também de pessoas já com alguma idade e dificuldades e jovens sem perspetivas de futuro. Por isso deixamos claro aqui a nossa posição e que é sempre contra o encerramento de instituições públicas ou privadas que façam com que o nosso concelho possa empobrecer mais. Relativamente à nossa intervenção para este ponto na ordem do dia queríamos colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma questão. Tal como está descrito no site do Município, a Câmara Municipal de Resende integra o Projeto do Balcão Único Eletrónico Nacional, designado por Balcão do Empreendedor, como tal a prestação dos serviços necessários ao exercício de uma atividade económica da responsabilidade desta Câmara é realizada através deste balcão, para fazermos um ponto de situação do trabalho realizado, gostaríamos que nos apresentasse os números mais exatos e relevantes levados a cabo por este serviço, como por exemplo quantas pessoas apoiaram, quantas empresas solicitaram este apoio e que tipo de intervenção foi feita por este balcão”-----

**Amadeu Vasconcelos** (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“São dois pontos que merecem as minhas considerações e para os quais peço a vossa atenção. Em primeiro lugar o Tribunal de Resende e a sua reabertura. Foi com grande satisfação que no passado dia dois de janeiro todos assistimos à reabertura do nosso Tribunal. O seu encerramento em setembro de 2014 pelas mãos do Governo PSD/CDS, deixou a população de Resende durante mais de dois anos sem juiz e contribuiu de uma forma nunca antes vista para o esvaziamento das ruas da nossa sede do concelho e conseqüentemente dos seus estabelecimentos comerciais. Esse encerramento provocou um esforço adicional a todos os que tiveram de recorrer à justiça, obrigando a



deslocações dos autores, dos arguidos, das testemunhas e dos advogados. Tudo isto teve um custo, tudo isto foi injusto. Relembro que no encerramento do nosso Tribunal não se verificou nem um dos pressupostos que serviram de critério para justificar o seu encerramento, nem tão pouco foi imposto pela “troika”. Isso mesmo foi afirmado nesta Assembleia pela anterior bastonária dos advogados, Dr<sup>a</sup> Elina Fraga, que curiosamente tem afinidades políticas com o PSD. Apenas a motivação política de um Governo PSD/CDS em prejudicar uma terra que tem sabido encontrar nas políticas do Partido Socialista um caminho de igualdade e esperança e uma enorme incapacidade de um ex-Primeiro Ministro em se debater por aquilo que é justo e que melhor serve os interesses da população é que verdadeira justificaram o encerramento. Entretanto por cá duas atitudes completamente distintas. Enquanto o senhor Presidente da Câmara se multiplicava em contactos e esforços, chegando mesmo a questionar publicamente o atual Primeiro-Ministro da sua intenção em repor o Tribunal de Resende, a nossa oposição, vestida com o melhor fato de um perfeito camaleão, ora se dizia contra o encerramento, ora se desfilava nas nossas ruas com o obreiro e único responsável por esse encerramento. Não há enganar! O Tribunal de Resende reabriu. E reabriu graças à vontade política de um Governo liderado pelo PS, que já demonstrou ser muito mais capaz que o Governo anterior. E reabriu graças à força e à dinâmica do senhor Presidente da Câmara que nunca se resignou e sempre se debateu pelo que é justo e pelo que é melhor para Resende, não se deixando ir em engodo e falsas atitudes de apoio e interesses. E o resultado está a vista de todos. Ao contrário do que vaticinavam os profetas da desgraça de sempre, com a reabertura do Tribunal voltaram os julgamentos. Passados poucos dias da reabertura assistimos a um julgamento com um coletivo de juizes que justifica aquilo que sempre defendemos como certo para uma verdadeira reforma judiciária. Mantenham-se os tribunais, não se desloquem populações e circulem os magistrados. Essa era a proposta do Partido Socialista, foi isso que defendemos e é nisso que acreditamos. Com isso vislumbra-se um maior movimento na nossa vila e o retorno do frenesim próprio dos dias em que acontecem os julgamentos. E há ainda uma dimensão diferente na reabertura do Tribunal. Uma dimensão que tem a ver com a reposição da igualdade entre cidadãos e no acreditar que viver em Resende não é uma coisa menor e que quem cá vive tem e merece ter o mesmo tratamento que têm os que vivem nos grandes centros urbanos no que diz respeito ao acesso à justiça, à educação, à saúde e a todos os serviços públicos. O outro ponto para que peço a vossa atenção tem a ver com a requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Cárquere. Muito recentemente foi lançado o concurso público que permitirá a requalificação do Carvalhal, em Cárquere. Foram também efetuados convites a apresentação de propostas para a criação de um espaço que ficará afeto à Rota do Românico para receção dos nossos visitantes. Estas duas intervenções, lideradas pelo Município de Resende, permitirão devolver a dignidade e a nobreza a um local e a um monumento que fazem parte da história de Portugal e dos Portugueses. Recordo que o projeto do Partido Socialista em Resende, liderado inicialmente pelo Eng. António Borges, desde sempre previu a criação em todas as freguesias de elementos âncora estruturantes que permitissem a fixação dos residentes e atraíssem visitantes. A realização destas obras pelas mãos do Dr. Trindade, dá mais um passo nesse sentido e é um sinal



claro às gentes de Cárquere de que também elas têm lugar neste projeto e merecem toda a consideração do Partido Socialista e da Câmara Municipal de Resende por si liderado. Quero por isso deixar o meu reconhecimento ao senhor Presidente pela seriedade que tem imposto na condução dos destinos do município, mantendo a coerência entre o seu discurso e as suas ações, não se deixando influenciar por interesses momentâneos, contrastando em muito com outras figuras da nossa praça. Obrigado”.....

**Presidente da Câmara** – Referiu que como Presidente da Câmara, empossado há pouco tempo, sentiu mais do que ninguém o ocorrido durante o ano de 2014 no que diz respeito ao encerramento de serviços públicos no concelho. Disse que estes serviços públicos eram existentes há já muitos anos e que faziam parte do dia a dia de toda a população, lamentando o facto de estes terem sido encerrados à população e que os mesmos ocorreram durante o seu primeiro ano de mandato não sendo de todas as situações esperadas. Referiu que para além do encerramento, o anterior Governo tinha intenção de que tais encerramentos ocorressem no mesmo dia e que tal só não aconteceu porque o senhor Secretário de Estado da Saúde teve a sensibilidade para atender ao seu pedido para que tal não se viesse a verificar, adiando o encerramento do SAP pelo período de dois meses, ao fim dos quais encerrou. Referiu que, independentemente da cor política de cada um, acreditava que todos os resendenses sentiram o duro golpe do encerramento do Tribunal e o serviço de saúde que no seu entender era extremamente necessário para uma comunidade com a do concelho de Resende. Relativamente ao encerramento do Externato D. Afonso Henriques lembrou que efetivamente este encerrou algumas das suas valências mas que todavia este encerramento não deixou os resendenses sem alternativas e ao abandono na área do ensino, ao contrario do encerramento quer do Tribunal quer do SAP do Centro de Saúde que deixou o concelho sem qualquer alternativa tendo os resendenses que, quer a nível de justiça quer a nível da saúde, de recorrer a outros concelhos, sendo que qualquer encerramento público no concelho, fosse Tribunal, Centro de Saúde ou Externato, era sentido e lamentado por todos. Relativamente ao empreendedorismo disse que esta é uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa com o objetivo de criação de um “front office” em cada um dos municípios com o intuito de captação de ideias e apoios para a criação de novas empresas e negócios, tendo sido instalado em Resende um “front office” com um funcionário e com a devida formação. Referiu que é seu entendimento de que a ação não correspondeu às expectativas da Comunidade Intermunicipal pelo que foi decidido proceder à sua reformulação, encontrando-se já em funcionamento o novo modelo. Por último disse que naquele momento não possui dados concretos relativamente à questão formulada, sendo que os poderia fornecer em próxima sessão.....

#### **C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:** .....

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da “Ordem do Dia” constante da convocatória para a presente sessão:.....

- 1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;** .....
- 2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;** .....
- 3. MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS –  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA;**-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:

**C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

**Foi tomado conhecimento.**-----

**C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE  
12 DE SETEMBRO;** -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

**Foi tomado conhecimento.**-----

**C.3. MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –  
SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS –  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências relativo ao sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, a celebrar entre celebrar entre o Município de Resende e a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 16h45. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2017.-----



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

António Manuel Leitão Borges  
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DAGT